

# A sustentabilidade ambiental do turismo na Ilha do Mel, PR: perspectiva dos gestores públicos

## La sustentabilidad ambiental del turismo en la Ilha do Mel, PR: perspectiva de los gestores públicos

## Environmental sustainability in tourism on Ilha do Mel, PR: perspectives of public managers

Matias Poli Sperb\*  
*mapolis@gmail.com*  
Rivanda Meira Teixeira\*\*  
*rivandateixeira@terra.com.br*

---

### Resumo

A Ilha do Mel é um importante destino ecoturístico, situado no litoral norte do Estado do Paraná. A despeito da existência no local de áreas de preservação e da atuação governamental cada vez mais intensa, a ilha sofre vários impactos negativos, em decorrência do turismo que vem acontecendo de forma ainda muito desordenada. Este estudo objetivou verificar qual é a perspectiva dos gestores públicos no que tange a aspectos chaves da sustentabilidade do turismo no local, sobretudo, quanto à sustentabilidade ambiental. Especificamente, a pesquisa identificou a opinião destes gestores no que diz respeito à legislação voltada para a Ilha, à atividade fiscalizadora, à abertura de novos estabelecimentos comerciais, à opinião destes gestores sobre a atuação do próprio governo no concernente ao saneamento básico e às atividades de Educação Ambiental. Tratando-se de uma pesquisa exploratória, os dados foram coletados através de entrevistas pessoais semi-estruturadas com os gestores. Entre os resultados vale destacar: a estrutura governamental é insuficiente e a legislação é antiquada e inadequada; os gestores defenderam a criação de políticas voltadas ao ecoturismo com o fortalecimento da Educação Ambiental, que deveria ser dada aos turistas e à comunidade, ademais do controle da capacidade de hospedagem.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento Local, Ecoturismo, Sustentabilidade Ambiental.

### Resumen

La Ilha do Mel es un importante destino ecoturístico, situado en el litoral norte del Estado de Paraná. A pesar de la existencia en el lugar de áreas de preservación y de la actuación gubernamental cada vez más intensa, la isla sufre varios impactos negativos, en consecuencia del turismo que viene ocurriendo de forma todavía muy desordenada. Este estudio tuvo por objetivo verificar cuál es la perspectiva de los gestores públicos en lo que se refiere a aspectos clave de la sustentabilidad del turismo en el lugar, sobre todo en relación a la sustentabilidad ambiental. Especificamente, la investigación identificó la opinión de estos gestores en lo que se refiere a la legislación dirigida a la Isla, a la actividad fiscalizadora, a la apertura de nuevos establecimientos comerciales, a la opinión de estos gestores sobre la actuación del propio gobierno en lo concerniente al saneamiento básico y a las actividades de Educación Ambiental. Tratándose de una investigación exploratoria, los datos fueron recolectados a través de entrevistas personales semi-estructuradas con los gestores. Entre los resultados vale destacar: la estructura gubernamental es insuficiente y la legislación es anticuada e inadecuada; los gestores defendieron la creación de políticas dirigidas al ecoturismo con el fortalecimiento de la Educación Ambiental, que debería ser dada a los turistas y a la comunidad, además del control de la capacidad de hospedaje.

**Palabras-clave:** Desarrollo Local, Ecoturismo, Sustentabilidad Ambiental.

### Abstract

Ilha do Mel is a major ecotourism destination, located on the North coast of the State of Paraná. Despite the existence in the region of preservation areas and increasingly intense government action, the island has suffered various negative impacts, as a result of tourism which has been occurring in a way that is still extremely disordered. This study investigates the views of public managers in relation to key aspects of sustainability of tourism in the area, in particular, environmental sustainability. Specifically, the research identifies the opinions of these managers in relation to the

---

\* Mestre pelo CEPPAD - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração - UFPR.

\*\* Professora Titular do Curso de Administração da UFPR.

legislation for the Island, the supervisory activity, the opening of new commercial establishments, and the opinions of these managers on government practices in relation to basic sanitation and the activities of Environmental Education. As it is an exploratory study, the data were collected through semi-structured personal interviews with the managers. Among the results, the following are highlighted: The government structure is insufficient and the legislation outdated and inadequate; the managers defend the creation of policies geared towards ecotourism, with the strengthening of Environmental Education that should be given to the tourists and the community, as well as controlling the accommodation capacity.

**Key words:** Local Development, Ecotourism, Environmental Sustainability.

## 1 Introdução

O setor de turismo já foi considerado na década de 1960 a "indústria sem chaminés" e uma esperança de desenvolvimento econômico para países pobres. Atualmente, está mais do que comprovado que esta é atividade econômica que também degrada o meio-ambiente. Além disso, pode gerar ainda mais exclusão social e pobreza. Segundo Dias (2003), um destino turístico pode ter um boom de procura de um momento para outro, mas também pode entrar em decadência com a mesma velocidade com que cresceu. Nesse aspecto, o turismo, mais que outra atividade é muito dependente do planejamento e do contínuo monitoramento do aspecto geográfico onde se desenvolve.

A massificação de um lugar turístico, assim, representaria um risco em grau máximo para a degradação do ambiente natural e a ruína do próprio turismo. Nesse sentido, Krippendorf (1975 apud RODRIGUES, 2000) manifestou-se contrário ao grande afluxo de pessoas aos recursos, alegando que "o turismo destruirá o turismo". Hetzer (1965) argumentou que, depois de terem arruinado o seu próprio ambiente, as pessoas que querem dispor de ambiente natural, aglomeram-se em outros locais para destruir o ambiente de outros em suas frenéticas tentativas de escapar, nem que seja por curto espaço de tempo, da pressão competitiva, poluição, crime e trabalho alienante ("corrida dos ratos"). Dias (2003) enfatiza que o impacto do turismo sobre o meio ambiente é inevitável. O que se pretende é mantê-lo dentro de limites aceitáveis, para que não provoque modificações ambientais irreversíveis e não prejudique o prazer do visitante ao usufruir o lugar. Para Wahab e Pigram (1997) nem todas as mudanças geradas pelas atividades de turismo levam, necessariamente, à degradação. Pelo contrário, se forem levadas a cabo de forma responsável, o desenvolvimento do turismo pode contribuir substancialmente para melhorar o ambiente, levar a um aumento de prazer do turista e assegurar a proteção ecológica.

Nesse contexto, a presente pesquisa volta-se para a análise da perspectiva dos gestores públicos atuantes na Ilha do Mel sobre a sustentabilidade ambiental do turismo neste mesmo local, abrangendo aspectos como legislação e atividade fiscalizadora do Estado, controle na abertura de novos estabelecimentos comerciais nesta ilha, sobre as atividades relacionadas ao saneamento básico e à educação ambiental no local. Também foi perguntado a esses atores públicos quais eram os principais desafios e ameaças para o meio ambiente e para a sustentabilidade do turismo no futuro da ilha, caso ações imediatas não sejam tomadas. Esses gestores ocupam posições de coordenação das atividades do setor no local tanto na esfera estadual como municipal.

## 2 Desenvolvimento sustentável de localidades ecoturísticas - enfoque na questão ambiental

O termo "Desenvolvimento Sustentável" é relativamente novo, se comparado à duração da Revolução Industrial, a qual, no decorrer do período moderno, levou ao surgimento da expressão devido aos riscos que a atividade econômica industrial estaria levando a vida na Terra. Mesmo com o desenvolvimento do termo por mais de três décadas, ele ainda está em construção e diversos autores estudam sua abrangência, destacando seus pontos mais importantes.

Sachs (1986), por exemplo, destaca que uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico a longo prazo e ecologicamente consciente deve aspirar a minimização das retiradas sobre os estoques de recursos não renováveis e sugere padrões alternativos de crescimento organizados e instrumentalizados, de maneira a diminuir os impactos ecológicos negativos e o uso dos recursos exauríveis. Para este autor, o desafio consiste na redefinição das formas e usos de crescimento e não na desistência do crescimento. Para isso, aponta a necessidade de serem estabelecidos processos de desenvolvimento em base sustentável, ressaltando que a tarefa exige uma gestão ecologicamente prudente dos recursos, cuja renovação seja limitada.

Intrínseco ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, é defendido o Desenvolvimento Sustentável com base Local. Segundo Buarque (2002), o Desenvolvimento Sustentável Local é um processo endógeno, registrado em pequenos povoados, capaz de promover o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa substancial mudança na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias dos atores envolvidos, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Neste sentido, estabelece ainda que:

[...] é o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e as equidades sociais, partindo de um claro compromisso com o futuro e com a solidariedade entre gerações (BUARQUE, 2002, p. 33).

Na concepção de Jará (1998), o Desenvolvimento Sustentável Local precisa orientar-se em três eixos fundamentais. O primeiro propõe a democratização da vida social e a integração de todos os grupos sociais em torno de objetivos do desenvolvimento sustentável, mobilizando a sociedade, para que a gestão se faça de forma compartilhada. Trata-se de promoção das mudanças na cultura política, visando à transformação do conteúdo da gestão municipal, com novas formas de organização e integração social que contemplem a diversidade de atores e facilitem a concentração de interesses. O segundo enfatiza a implementação de um conjunto de atividades estratégicas de desenvolvimento rural e comunitário, para combater a pobreza de grandes grupos populacionais e para ativar as pequenas economias, numa sociedade que dispõe de muitos recursos e potencial para criar um futuro melhor. Já o terceiro eixo visa perseguir a proteção dos recursos naturais e promover o equilíbrio ambiental. Constitucionalmente, os municípios são responsáveis pela gestão ambiental, necessitando, para isso, monitorar o manejo sustentável dos recursos, de tal forma que as comunidades presentes e futuras possam conservar o patrimônio natural no longo prazo.

Jará (1998) questiona até que ponto as prefeituras e suas estruturas estão preparadas para orientar processos de Desenvolvimento Sustentável Local? O "desenvolvimento municipal" quase sempre é interpretado como processo de modernização, isto é, desenvolvimento institucional municipal, ou seja, aumento da capacidade de gestão pública para conduções eficientes, eficazes e efetivas das estratégias, programas e projetos de desenvolvimento. Para que o processo de modernização do município obtenha resultados que agreguem valor ao processo de desenvolvimento local, é necessário um comportamento institucional orientado à aprendizagem contínua, buscando sempre o aperfeiçoamento, a saída do imobilismo e da inércia de seus quadros diretivos tradicionais. A modernização da máquina sem introduzir mudanças em sua cultura organizacional e sem se colocar a serviço das demandas sociais locais, através de grupos organizados da sociedade municipal, não obterá resultados eficazes no processo de desenvolvimento local.

Com relação ao envolvimento das comunidades nas decisões de âmbito público, na concepção de Irving (2002), a resistência ao processo participativo parece ter sua explicação na cultura institucional brasileira e na percepção política de "participação" como divisão de poder nas

esferas instituídas. Para a autora, "evidentemente que tal percepção é equivocada e, no mundo da globalização, no mínimo, de alto risco":

O poder público não é mais capaz de assumir, por si mesmo, responsabilidades que historicamente concentrava, e a reforma administrativa em curso nos últimos anos torna inviável a repetição dos modelos do passado. Nesse contexto, apenas por meio do processo participativo será possível tanto o funcionamento da dinâmica socioeconômica do país como o exercício pleno da cidadania e a legitimação de estratégias de desenvolvimento conjuntamente construídas (IRVING, 2002, p. 43).

Contudo, a referida autora atenta ser lento o processo de desenvolvimento de uma localidade pela participação comunitária e, assim, resultados de curto prazo não podem ser esperados. No entanto, "a garantia ética de sustentabilidade do processo, que parece expressar a perspectiva central do conceito de desenvolvimento sustentável, estará certamente assegurada e qualquer que seja o rumo para a região, ele tenderá a refletir as expectativas e demandas locais" (IRVING, 2002, p. 43)

Segundo Coriolano (1998), no processo de desenvolvimento local, o turismo não seria uma atividade única na região, deveriam ser fortalecidas todas as atividades econômicas anteriores, sobretudo, a agricultura, a pesca e o artesanato para assegurar a sustentação do turismo; assim, o turismo seria apenas mais uma opção econômica. Coriolano também destaca a importância da preservação cultural como fator de atração ao turismo e de satisfação das próprias comunidades tradicionais. Segundo a autora, "o *modus vivendi*, os usos, os costumes, o folclore, a arte local, o modo de vida devem ser transmitidos e não transformados pelo convívio com os visitantes" (CORIOLANO, 1999, p. 98), pois:

Não há lugares iguais. O modelo de turismo que se vem implementando teima em homogeneizar lugares, paisagens e culturas. Os shoppings são iguais em todos os lugares do mundo. Os lugares globalizados tendem a homogeneização. O turismo lamentavelmente vem seguindo este mesmo modelo quando deveria respeitar as diferenças (CORIOLANO, 1999, p. 98-99).

Nesta linha, Grünwald (2003) aborda a mudança cultural percebida em sociedades hospedeiras em consequência do impacto do fluxo turístico que promove diferenciações étnicas nestas sociedades. Quando os turistas buscam autenticidade em um local turístico e quando a autenticidade está ligada às sociedades tradicionais, a características culturais e ao seu próprio modo de viver, esta autenticidade estaria condenada pela própria presença dos turistas, e para o turista étnico, o turismo destrói a própria coisa que ele procura ver: o nativo intacto. Contudo, existem instituições mediando o relacionamento entre turismo e etnicidade, e o Estado seria a maior destas instâncias. Segundo Grünwald (2003 apud NAGEL, 1996), em sendo o Estado uma instituição dominante na regulação de etnicidades, é importante não perder de vista a construção política da etnicidade através principalmente dos caminhos das designações étnicas oficiais, através da distribuição de recursos, através de regras e estruturas de acesso político.

Em resumo, segundo Coriolano (1998, p. 137): "território, tempo, habitantes, cultura local, patrimônio, abertura ao mundo, lideranças, pactos e parcerias, programas e projetos articulados inteligentemente fazem o desenvolvimento local".

Em concordância com o desenvolvimento sustentável local, o ecoturismo pode ser visto como instrumento para a conservação e o desenvolvimento local de comunidades. Segundo Honey (2003, p. 08), o "ecoturismo abrange os princípios de turismo sustentável, levando em conta os impactos econômicos, sociais e ambientais do turismo".

Na concepção de Lage e Milone (2000), o Ecoturismo é um segmento da atividade turística que se utiliza de forma sustentável do patrimônio natural e cultural de uma região, além de sua conservação, na busca e formação de uma consciência ambientalista, através da interpretação do ambiente e da promoção do bem-estar das populações envolvidas. As áreas de ecoturismo também incluem comunidades, especialmente de povos tradicionais; o plano de ecoturismo precisa estudar as formas de conservar as tradições e as identidades culturais locais e o modo de levar benefícios a essas comunidades.

Neste contexto, as áreas protegidas representam papel fundamental para o desenvolvimento tanto do turismo como do ecoturismo, sendo elas os principais atrativos dessa indústria. No Brasil, podem-se destacar os significantes números de visitação anual em diversos parques nacionais, como, por exemplo, o do Parque Nacional do Iguazu, que registra aproximadamente um milhão e meio de visitantes por ano (MMA, 1996).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei n. 9.985/2000, estabelece a seguinte definição para Unidade de Conservação: "Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias especiais adequadas de proteção".

Entretanto, desde a primeira proposta do SNUC, em 1988, houve uma polêmica conceitual: "Como interpretar as áreas consideradas de proteção integral e como viabilizar o engajamento da sociedade civil em práticas institucionais tradicionalmente centralizadoras?" (IRVING, 2002, p. 54). Desta forma, nas discussões, pôde-se perceber duas correntes opostas:

- A corrente estritamente preservacionista, defendendo o isolamento das áreas naturais e sua manutenção sem nenhuma atividade antrópica, percebendo as populações locais como ameaça a integridade ecológica dessas áreas e defendendo, portanto, a sua remoção dos limites das UCs;
- A corrente do grupo dos denominados socioambientalistas, pregando a convivência harmoniosa entre homem e natureza (principalmente em se considerando a existência de comunidades tradicionais na maioria das UCs).

Assim, Irving (2002) sustenta que o Ecoturismo em áreas protegidas representa, nos dias atuais, um dos maiores desafios que o país enfrenta ao compatibilizar os pressupostos de preservação ambiental, em áreas de elevado valor patrimonial em biodiversidade, com a operacionalização de desenvolvimento sustentável. Um dos problemas frequentemente verificados no planejamento do ecoturismo diz respeito a homogeneização do conceito de unidades de conservação, o que pode resultar em problemas de difícil solução de gerenciamento. Por isso, é importante que esteja clara a distinção das tipologias de unidades de conservação e/ou restrições para o ecoturismo. Na terminologia adotada pela legislação vigente, as UCs de Uso Sustentável tem o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais. Já nas UCs de Proteção Integral, o objetivo básico é preservar a natureza, sendo o uso indireto de seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei. Mas, segundo a referida autora, ocorre que o Plano de Manejo, principal instrumento normativo e regulador das áreas protegidas, não está disponível para a maioria delas.

Sobre o aspecto econômico deste tipo de turismo, Lage e Milone (2000) argumentam que o ecoturismo pode ser considerado uma atividade econômica que promove a conservação dos recursos naturais e que valoriza econômica e financeiramente o patrimônio natural e cultural de uma região. Neste sentido, segundo Pires (2005, p. 486), as atividades de Ecoturismo podem e devem participar na conservação, da seguinte forma:

- Diretamente por meio de geração de receitas advindas da sua operação e da oferta de outros serviços aos visitantes, a serem utilizadas diretamente na proteção, pesquisa e manutenção dessas áreas.
- Indiretamente proporcionando à população local alternativas de renda em relação à exploração predatória e ilegal dos recursos naturais dessas áreas, com sua inserção nos serviços requeridos pela atividade ecoturística.

- Permanentemente servindo como meio estratégico de disseminação da consciência ecológica e ambiental, ampliando a base social de apoio da conservação da biodiversidade e da natureza.

Porém, Irving (2002, p. 58) alerta que:

Apesar de ser um país de megadiversidade e de dispor em seu território de uma enorme diversidade de ecossistemas e UCs, o Brasil não ocupa uma posição de destaque na América Latina com relação ao desenvolvimento do ecoturismo, e apenas o Parque Nacional de Foz do Iguaçu é considerado rentável. Isso porque, embora seja evidente o crescimento do turismo em áreas naturais protegidas, muitas questões necessitam ainda de equacionamento antes de seu afloramento efetivo. Uma outra questão emergencial neste contexto é a seguinte: Qual a garantia de que esses recursos serão aplicados para a conservação dessas áreas e em benefício das populações locais?

Dentre outras barreiras para a consolidação da sustentabilidade do turismo relacionado às UCs, além do aspecto econômico, Irving (2002) destaca: carência de pesquisas e informações sobre as áreas de preservação; o estabelecimento da capacidade de carga para visitantes; limitação de recursos humanos qualificados para o ecoturismo; carência de infra-estrutura de apoio ao ecoturismo; lacuna institucional para o ecoturismo nas UCs e a problemática fundiária que, segundo a autora, talvez seja, se não o maior, um dos maiores problemas relacionados as unidades de conservação e ao ecoturismo nestas áreas.

### 3 Local objeto de estudo

A Ilha do Mel está situada no Litoral Norte do Estado do Paraná, entre Pontal do Paraná e a Ilha das Peças, subdividindo a barra da Baía de Paranaguá em dois setores, representados pelos canais Norte e da Galheta. Com superfície aproximada de 2710 hectares (FIGUEIREDO, 1954), esta Ilha localiza-se na desembocadura da baía de Paranaguá, na latitude de 25°30'S e na longitude de 48°20'W (GIANNINI et al., 2004).

De todo o seu território, cerca de 95% pertence a áreas de preservação ambiental compostas por ecossistemas de Restinga e Floresta Atlântica. Seu relevo é constituído por vasta planície de restinga de floresta atlântica ao norte e vários morros de altitude variável ligados por formações arenosas ao sul (PACHECO; SERVI; ROCHA, 2003). Abrange as áreas de preservação da Ilha do Mel, uma Estação Ecológica e um Parque Estadual.

A Estação Ecológica da Ilha do Mel foi criada em 1982 pelo governo do Paraná, numa área de 2241 hectares com Ecossistemas Costeiros, apresentando mangues e restinga, associados à floresta atlântica (Bioma de Floresta Atlântica).

Já o Parque Estadual da Ilha do Mel é mais recente, tendo sido criado em 2002. É um dos 45 parques existentes na Região Sul do país. Também abriga o bioma de Floresta Atlântica numa área de 337,84 hectares.

Além das belezas cênicas que caracterizam a paisagem natural da Ilha do Mel, cita-se a presença de elementos históricos importantes, com destaque para a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, datada de 1779 (Morro da Baleia) e o Farol das Conchas (Morro do Farol).

Na Ilha do Mel existem quatro localidades distintas e relevantes, em termos de ocupação física e econômica: Fortaleza, Nova Brasília; Farol e Prainha (Encantadas). Além dessas, também existem as áreas de Praia Grande e a Ponta Oeste, que possuem menos representatividade econômica e habitacional. Conforme Kraemer (1978), até a década de 1970 predominava na Ilha uma ocupação de baixa densidade, com construções simples, destinadas à moradia dos pescadores locais. No entanto, nas décadas que se seguiram, estas peculiaridades da

Ilha se modificaram para sempre, como pode se perceber pelo desenvolvimento do local; basta comparar a ocupação construída desde 1970 com aquela do início do século XXI.

Tabela 1: Desenvolvimento populacional e de ocupação construída na Ilha do Mel - 1970 a 2004

ANO	1970	1980	1991	1996	2002	2004
<b>POPULAÇÃO FIXA</b>	574	606	515	570	906	-
<b>NÚMERO DE EDIFICAÇÕES</b>	120	295	463	531	700	758

Fontes: IAP (1996); ITCF (1986); LACTEC (2002); TUDO PARANÁ (2004 apud ESTEVES, 2004).

Conforme pôde ser visto na Tabela 1, com relação à ocupação populacional, em 2002 a população fixa atingia 906 habitantes, havendo aumento de pouco mais de 35% desde 1970. Já com relação ao número de edificações, a Ilha recebeu aumento bem maior, pois em 2004 havia 758 edificações, um número quinze vezes maior do que havia em 1970, representando aumento de 531% em novas edificações neste período.

Portanto, a realidade de ocupação da Ilha do Mel colocada por Kraemer (1978) sobre 1970 muda radicalmente, visto que o desenvolvimento do turismo teve grande influência nas alterações ocorridas na forma de ocupação das vilas e localidades da Ilha do Mel. Segundo Esteves (2004), devido ao aumento da procura turística houve "intenso partilhamento de lotes e ritmo acelerado de construções" para atender esta demanda.

Para melhor compreender este crescimento da ocupação na Ilha do Mel, a seguir serão analisados os aspectos do desenvolvimento do turismo nesta localidade.

### 3.1 O desenvolvimento do turismo na Ilha do Mel

O desenvolvimento do turismo que se tem documentado na Ilha do Mel data do início do século XX. Nessa primeira fase do turismo local, a Ilha era muito procurada por famílias da classe alta de Curitiba que iam lá veranejar; pode ser considerado o primeiro recanto turístico do litoral do Paraná (ITCF, 1986).

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Ilha foi considerada "Zona de Guerra", aliada à construção da Estrada das Praias, em 1926; foi bloqueado momentaneamente o desenvolvimento da atividade turística (SEMA, 1996).

Segundo Kim (2004), até a década de 1970, a população local vivia basicamente da pesca artesanal e da agricultura para consumo próprio. Contudo, a abertura da estrada de acesso às praias permitiu o desenvolvimento turístico e o estabelecimento dos balneários, primeiramente os do sul, como Matinhos e Guaratuba e, posteriormente, aqueles ao norte, até Pontal do Sul, por onde é feita a travessia para a Ilha. Na concepção de Athayde e Tomaz (1995), o início da década de 1980 foi marcado por uma mudança, quando o fluxo de turistas aumentou consideravelmente e a população passou a conviver mais de perto com a dinâmica social trazida por eles. Em decorrência, ocorreram alterações nas práticas sociais, mudando radicalmente o estilo de vida dos nativos. No final da década de 1980, o desenvolvimento do turismo também foi favorecido pelo estabelecimento da energia elétrica com a Usina a Diesel da COPEL, localizada na extremidade sul da Ilha.

Conforme Kim (2004), durante as décadas de 1980 e 1990, a Ilha também recebeu muitos imigrantes: pessoas da classe média alta buscaram qualidade de vida, instalando comércios, e pessoas com menor poder aquisitivo atrás das oportunidades de emprego, geradas por esses estabelecimentos. Na década de 1990, paralelamente ao aumento de visitantes, na concepção de Esteves (2004), o perfil dos turistas que freqüentavam a Ilha do Mel foi-se alterando para um tipo de "homo-urbano desenvolvimentista". Este fato decorre da crescente busca por parte de pessoas

da cidade por lugares com ambientes naturais em bom estado de conservação. Também contribuiu o papel da mídia na divulgação da Ilha, a criação de infra-estrutura básica, destacando-se: a construção de ancoradouro em Nova Brasília; construção de uma praça de animação para a comunidade e visitantes; edificação do Escritório local do IAP<sup>1</sup>/Centro de recepção de Visitantes; edificação do Posto da Polícia Florestal; reorganização das trilhas, e daquela voltada ao turismo: construção de pousadas; restaurantes; o funcionamento de linhas regulares de barco, entre outros.

Nessas condições, segundo Neto (1999), no início do desenvolvimento mais proeminente do turismo na Ilha do Mel, em um primeiro momento, na década de 1980, sobressaíam as casas de veraneio. A partir de 1995, começou a predominar a instalação de estabelecimentos comerciais voltados ao turismo. O número de segundas-residências aumentou mais de 50%, entre 1980 e 1997, ao passo que as residências de moradores permanentes, predominantemente de nativos, aumentaram apenas 27%. Entretanto, de 1997 a 2004, houve uma redução no número de casas de veranistas em 50% das residências. Segundo Esteves (2004), a queda do número de residências de veraneio não significa decréscimo de ocupação de imóveis destinados ao turismo, visto que muitas destas casas foram transformadas em estabelecimentos de uso predominantemente comercial ou misto.

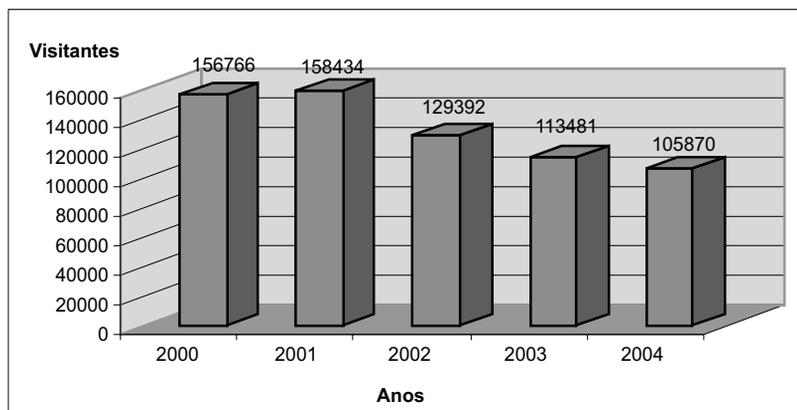
Portanto, até 2004, segundo pesquisa de Esteves (2004), existiam 107 pousadas e 58 restaurantes; foi verificado um decréscimo no número de casas de veraneio, com relação a 1997. Assim, no que diz respeito ao número de pousadas, houve aumento de mais de 280% de 1993 até 2004, enquanto o número de restaurantes aumentou um pouco mais de 200% neste mesmo período.

Segundo Neto (1999), a grande maioria dos proprietários é formada por investidores que migraram para a Ilha, a fim de lucrar com atividades econômicas ligadas ao turismo. Constituindo estes proprietários como "de fora", aí distinguiu-se o migrante investidor em si e o turista proprietário de "segunda residência", que acabou por transformá-la em comércio. Segundo Esteves (2004), o número elevado de empreendimentos de proprietários de fora é facilmente explicável em virtude da superioridade econômica deste tipo de investidor sobre o nativo e também devido a pequena cultura empreendedora dos ilhéus.

Com relação ao número de turistas da Ilha, por meio de dados fornecidos pela Ecoparaná<sup>2</sup> (2005), desde o início de janeiro de 2000 até dezembro de 2004 verifica-se que a procura por este destino turístico vem diminuindo consideravelmente. Questionam-se quais seriam os motivos principais desta redução; especula-se que os problemas ambientais da Ilha do Mel, em decorrência da própria atividade de turismo, são fortes inibidores de visitantes em busca de lazer junto a áreas de preservação ambiental.

No gráfico a seguir, verifica-se que houve uma redução gradual de mais de 30% na visitação total de turistas a Ilha do Mel, desde janeiro de 2000 a dezembro de 2004.

Gráfico 1: Total de Visitantes a Ilha do Mel - 2000 a 2004



Fonte: Ecoparaná (2005)

Na concepção de Elias, Martinez e Esteves (2003), paralelamente ao processo de desenvolvimento turístico e da ocupação originária desta atividade, ocorreu desagregação cultural e social da comunidade local e a degradação da qualidade ambiental, aspectos que serão mais bem apreciados no próximo subitem.

### 3.2 A sustentabilidade do turismo local

Variados foram os estudos sobre as modificações nos aspectos relacionados ao meio ambiente e à economia social na Ilha do Mel, devido às mudanças ocorridas abruptamente nos últimos 30 anos, sobretudo, em face da procura turística aumentada. Para Esteves (2004), o turismo modificou radicalmente a paisagem e a sociedade da Ilha do Mel, tornando-se a sua principal atividade econômica. De pacata localidade de pescadores no final da década de 1970, hoje se constitui em destacado ponto turístico do Paraná e do Brasil.

Nesse cenário, devido à procura elevada de turistas pela Ilha que veio aumentando a partir da década de 1970, segundo Elias, Martinez e Esteves (2003), nas áreas da Ilha do Mel, onde é permitida a concessão de lotes e a construção de edificações, o ritmo de ocupação foi intenso e totalmente desordenado. Na concepção de Esteves (2004) os caiçaras eram seduzidos a vender áreas de alto valor a preços relativamente baixos, perdendo seu espaço territorial para empreendimentos imobiliários e turísticos. Além disso, muitas das obras destinadas ao turismo são de alvenaria e possuem mais de um pavimento, o que é proibido pelas normas vigentes relativas a edificações na Ilha do Mel.

Para Silveira (1998), o crescimento turístico da localidade também foi totalmente desordenado, como coloca, devido à ausência de atuação efetiva do governo: [...] por muito tempo houve a ausência de uma política de planejamento e gestão que fosse eficaz para lidar com a maneira caótica como o turismo vinha se desenvolvendo na área (SILVEIRA 1998, p. 228).

Entre os problemas socioambientais provocados pelo turismo desordenado, segundo Esteves (2004, p. 209), destacam-se:

A violência e o consumo de drogas, o emprego da mão de obra dos nativos em atividades consideradas menos nobres como o transporte de cargas, serviços gerais de limpeza e cozinha, coleta de lixo etc., precariedade nas questões relativas à saúde e à educação, descaracterização da paisagem natural, grande quantidade de lixo jogado e acumulado, destruição da flora e da fauna e degradação da qualidade da água.

Na perspectiva sociocultural, para Kraemer (1996), o crescimento da atividade turística na Ilha do Mel, a partir da década de 1980, aliada à implementação do sistema de transporte e à instalação da luz elétrica em 1988, foram os principais fatores que contribuíram para a descaracterização cultural da população Ilhéu. Assim, hábitos antigos como a dança do Fandango, praticada em várias localidades do litoral paranaense, e mesmo os bailões (Forrós), foram abandonados pela população, que passou a vivenciar novos hábitos trazidos pelos turistas.

Kim (2004, p. 127) desenvolveu pesquisa sobre o estado atual dos três aspectos de sustentabilidade (econômico, social e ambiental) da Ilha do Mel. Verificou que o aspecto econômico é aquele que se mostra mais "sustentável". Mas, apesar da geração de renda, "há influências negativas no aspecto social". O aspecto social "é aquele que recebe mais influência negativa dos indicadores ecológicos e econômicos, e aquele que tem as piores respostas dos indicadores, ou seja, se trata do aspecto menos sustentável".

Para esta autora, comparando a realidade aos objetivos das propostas e planos que guiaram a aplicação das políticas voltadas para a Ilha do Mel ao longo do tempo, "vemos que sempre houve uma oscilação entre dois extremos: de um lado, a disposição em preservar a natureza e, do outro,

a vontade de favorecer o desenvolvimento do turismo de massa, falsamente anunciado como ecoturismo" (KIM, 2004, p. 127).

No que diz respeito à criação das áreas de preservação ambiental na Ilha do Mel, estas áreas foram delimitadas legalmente visto que a ocupação desordenada e a especulação imobiliária estavam aumentando devido ao desenvolvimento do turismo na Ilha, comprometendo a integridade do ambiente natural. Segundo Athayde e Tomaz (1995), um dos maiores problemas destas áreas de preservação refere-se aos conflitos que geram pela falta de informação sobre o destino e a importância das áreas protegidas, além dos benefícios diretos e indiretos que possam trazer aos moradores. Mais especificamente, o problema diz respeito a limitação ao uso dos recursos naturais em função das restrições que a regulamentação das áreas protegidas impõe. As respostas dos nativos dadas a pesquisa destes autores, apontaram tanto a falta de liberdade para a utilização dos recursos naturais da ilha, quanto à restrição à prática de antigos costumes (plantar, caçar, dentre outros).

## **4 Metodologia**

Considerando os objetivos do presente estudo, buscou-se verificar qual é a perspectiva dos gestores do setor público sobre a sustentabilidade do turismo no local, com enfoque na questão ambiental. Os aspectos pontuais relacionados a este assunto e verificados pela opinião dos gestores foram: a legislação voltada a Ilha; a atividade fiscalizadora; o controle na abertura de novos estabelecimentos comerciais; ações de saneamento básico; educação ambiental, além de suas perspectivas sobre os desafios e ameaças para o meio ambiente e o turismo da Ilha do Mel no futuro, caso não sejam tomadas medidas de precaução que visem garantir a sustentabilidade local. Em função de seus objetivos, essa pesquisa pode ser classificada como exploratória e descritiva. A pesquisa apresenta caráter exploratório, pois aborda tema com pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Pode-se considerá-la também como descritiva, tendo em vista que se busca conhecer um fato ou fenômeno sem precisar recorrer a relações causais entre suas variáveis.

Com relação à coleta de dados, esta pesquisa foi realizada mediante a utilização do método documental, no que diz respeito aos dados secundários e, para a coleta de dados primários, foi adotada a técnica de entrevista pessoal com a utilização de questionário composto principalmente de perguntas abertas. Foram entrevistados três gestores públicos: dois municipais do Município de Paranaguá, ao qual a Ilha do Mel pertence, e um estadual do Instituto Ambiental do Paraná (IAP); todos possuem funções relevantes de coordenação das atividades do setor público na localidade.

## **5 Perspectiva dos gestores públicos sobre a sustentabilidade ambiental do turismo na Ilha do Mel**

Três gestores que exercem atividades voltadas para a gestão pública da Ilha do Mel foram entrevistados com o objetivo de opinar sobre as atividades e responsabilidades deste setor na localidade.

Dois destes gestores entrevistados são funcionários da Prefeitura de Paranaguá e são responsáveis pela administração da Ilha do Mel no que diz respeito à saúde, à educação nas escolas e à coleta e destinação de resíduos sólidos. Um terceiro gestor entrevistado é o então Coordenador do IAP Regional do Litoral e também o responsável pelas atividades desse órgão na Ilha do Mel. Além do seu caráter normativo e deliberativo, são atividades de responsabilidade do IAP na Ilha do Mel: fiscalizar todas e quaisquer ações que venham a causar potencial dano

ambiental no local, tais como: construções, controle dos limites das áreas de reserva, extração de recursos naturais, qualidade da água e disponibilização dos resíduos sólidos, dentre outras; e desenvolver Educação Ambiental para a comunidade e para os turistas.

O primeiro aspecto questionado aos gestores, refere-se à legislação voltada a Ilha do Mel. O Plano de Manejo vigente data de 1982. Desde então, já foram feitas inúmeras tentativas de desenvolver novos Planos de Manejo para a Ilha do Mel, mas nenhum mais atual ainda foi decretado. Por outro lado, foram decretadas inúmeras emendas para cobrir algumas necessidades pontuais da ilha. Neste contexto, foi perguntado aos gestores públicos se eles acreditam na legislação voltada a Ilha do Mel atende às necessidades de preservação do local.

Segundo a coordenação do IAP, a legislação atende às necessidades de preservação do local por ser bastante restritiva à ocupação humana. Segundo esse dirigente, mesmo assim, a Ilha vem sofrendo sérios impactos ambientais. Além disso, ele afirma que uma legislação restritiva é a única forma de garantir a preservação ambiental da Ilha, principalmente no que diz respeito ao avanço da área de ocupação nas áreas de reserva:

[...] É a única forma de controlar (através da legislação restritiva), se não seria um Valadares<sup>3</sup>. Em Valadares tem 33.000 pessoas, em 20 anos de ocupação. Se não tivesse esse cuidado, teria se acabado. Você pega Porto de Galinhas, Canoa Quebrada, Praia do Santinho: aconteceu a mesma coisa (INFORMAÇÃO VERBAL).

Um dos gestores municipais concorda em parte com a opinião do gestor do IAP, pois também acredita que o Estado cumpriu o compromisso assumido com a União, por conseguir preservar as áreas de reserva da ocupação humana, a partir não só de uma legislação restritiva, mas de uma fiscalização também bastante restritiva nessas áreas. Por outro lado, critica a atuação do Estado nas áreas de ocupação, justificando que o êxito na preservação não foi o mesmo que nas áreas de reserva, por exigir um grau de cuidado maior pela presença humana. Segundo esse gestor, a legislação voltada para estabelecer regras na área de ocupação possui muitas distorções e lacunas:

Mas quanto à área de ocupação sim, essa "estufou". Tem áreas que realmente extrapolaram com a coisa. Mas isso também é um pouco de culpa do estado e um pouco de culpa da própria população. A fiscalização também é falha porque fiscaliza coisas que não dizem respeito a eles (IAP) e deixam coisas que dizem respeito a eles. Então, por exemplo, cuidam de coisas pequenas, enquanto as outras coisas vão acontecendo lá, como a fiscalização de poda de árvores, mas não das fossas. Na legislação falta muita coisa também: o IAP não tem muito critério para autorizar muita coisa (INFORMAÇÃO VERBAL).

Segundo a própria coordenação do IAP para Ilha do Mel, também faltam estrutura e recursos, principalmente no que diz respeito à fiscalização, para que haja uma atuação mais cuidadosa sobre os aspectos ambientais que devem receber atenção na área de ocupação.

Com relação ao controle dos meios de hospedagem, todos os gestores concordaram em que deveria ser proibida a abertura de novas pousadas ou campings e que deveria ser controlado o número de leitos. As justificativas principais referem-se ao fato de já haver mais leitos do que o número de pessoas permitidas à visita na Ilha (Capacidade de Carga)<sup>4</sup> e por causa dos impactos ambientais gerados durante a temporada, por alguns meios de hospedagem extrapolarem a sua capacidade de suporte:

Acredito que deveria parar por aí, não deveria ter mais possibilidade de serem colocadas mais pousadas. Isso sim eu acredito. Até nesse novo plano<sup>5</sup> do governo deveria ter alguma coisa

nesse sentido. Vamos deixar melhorar, agora, aumentar mais, não. Deveriam registrar todo o comércio e não deixar construir mais pousadas (INFORMAÇÃO VERBAL).

No que diz respeito à gestão pública dos recursos da Ilha, gerados pela Taxa de Visitação<sup>6</sup>, um dos gestores municipais acredita que a Ilha do Mel necessita de mais autonomia para a tomada de decisões locais, para que sejam resolvidas questões diversas, entre elas a questão ambiental. Isto implicaria, principalmente, a autonomia que possibilitasse a gestão dos recursos gerados com a taxa de visitação.

Para ele, a maior dificuldade para se utilizar esse recurso em benefício da Ilha, refere-se ao fato de que é necessário um planejamento com orçamento ano a ano, para que seja empenhado o recurso estadual a ser utilizado na Ilha para o ano subsequente. Entretanto, esse planejamento não é feito pelo conselho gestor e, muito menos, é feito um orçamento. Assim, este recurso acaba não sendo utilizado e acumula ao longo dos anos em contas do Estado do Paraná.

No entanto, os demonstrativos financeiros do IAP mostraram que a maior parte desse recurso já é utilizada para coleta de resíduos em convênio com a prefeitura, entre outros gastos predominantemente operacionais.

Por outro lado, segundo esses demonstrativos financeiros de 2005, atualmente existem mais de quinhentos mil reais guardados em contas estaduais com a arrecadação dessas taxas, descontados os gastos operacionais controlados pelo IAP. Segundo a coordenação do IAP, esse recurso já vem sendo acumulado desde 1998, quando se iniciou o controle de capacidade de carga na ilha e a cobrança dessa taxa aos turistas.

Os gestores do governo municipal criticam que esses recursos deveriam estar disponíveis também para emergências que, em alguns casos, têm gastos muito elevados, a exemplo do trapiche de Nova Brasília que desabou em setembro de 2005 e ficou abandonado durante toda a temporada de 2005/2006. Por isso, segundo esses dirigentes, um planejamento para empenhar o recurso não teria tanta validade, pois as necessidades poderiam ir surgindo ao longo do ano, ou seja: estaria faltando agilidade na liberação dos recursos.

Contudo, também foi comentado que o Conselho Gestor da Ilha do Mel está muito "desacreditado", não só pela população da Ilha, mas também pelo seu próprio corpo constituinte, não havendo credibilidade para a gestão local desses recursos.

Junto a isso, algumas outras hipóteses foram cogitadas para explicar por que o conselho gestor não está conseguindo cumprir seu papel. Um deles refere-se ao fato de haver interesses variados dos representantes da comunidade, que mudam as preocupações voltadas ao ecoturismo para interesses econômicos nem sempre favoráveis a um equilíbrio social e ambiental. Segundo um dos representantes comunitários da Ilha que se pronunciou em uma das reuniões do Conselho Gestor, em 2005: "a Ilha do Mel ainda não possui uma identidade, se é turismo de massa ou se é ecoturismo". Desta forma, são geradas muitas discussões sem conclusões para a ação. Junto a isso (ou mesmo talvez por isso), o IAP possui poder de veto sobre as decisões tomadas no conselho, o que acaba diminuindo legalmente a autonomia da gestão local.

Em seguida, foi perguntado sobre quais aspectos, entre os de saneamento básico (fornecimento de água, tratamento de efluentes e de resíduos sólidos) e educação ambiental, deveriam receber maior atenção pelo setor público para serem desenvolvidas melhorias.

Entre as respostas dos gestores, foi verificado que a maior controvérsia se refere ao abastecimento de água. Os dois gestores municipais acreditam que são necessárias medidas urgentes para a solução do problema em função da escassez do recurso em certos períodos e devido a sua qualidade. Já o gestor do IAP acredita ser a questão da água de última prioridade, visto que na maior parte do tempo não falta água na ilha e que a qualidade pode ser melhorada com cuidados caseiros.

Os aspectos mencionados unanimemente entre os três gestores, como os de grande importância a serem tomadas medidas, referem-se ao tratamento de efluentes e a EA. Com relação ao tratamento de efluentes, verificaram-se críticas contundentes, mas pouco se sugeriu como providências definitivas para resolvê-lo.

Com relação à EA, este fator foi percebido pelos três gestores como o mais importante para o desenvolvimento sustentável da Ilha, visto que a EA propicia uma mudança de consciência e que, ao ser desenvolvida, poderá contribuir para diminuir os problemas ambientais, como, por exemplo, no caso dos resíduos sólidos. Contudo, a EA sugerida refere-se mais aos turistas e predominantemente no que diz respeito a advertências sobre cuidados para não se causar impacto ao meio ambiente da Ilha e não tanto em informações sobre o meio ambiente local em si, a cultura ilhéu ou a história de colonização da Ilha. A EA voltada para a comunidade ficou em segundo plano e também focando em advertências ou procedimentos, como no tratamento dos resíduos sólidos.

Por fim, foi perguntado aos três gestores públicos quais eram os desafios e as ameaças para a Ilha do Mel no futuro, caso não sejam tomadas providências que possibilitem o seu desenvolvimento sustentável.

Um dos gestores disse que a maior ameaça para a Ilha do Mel refere-se ao crescimento demográfico da população da Ilha, visto que a área de ocupação é delimitada geograficamente pelas áreas de proteção ambiental. Segundo este gestor, caso não aconteça uma diminuição neste crescimento, haverá um aumento na "favelização" da Ilha do Mel pelo adensamento populacional. O gestor se refere à Vila de Encantadas como o local mais propenso para desenvolver este problema:

A área de preservação está controlada, por enquanto, só não sei até quando. Nós temos 250 crianças na escola! Onde vão morar estas crianças quando crescerem? Em Encantadas é um problema seríssimo: não tem onde crescer mais! A tendência é haver uma favelização, que é o que já está acontecendo. Tem muita gente que continua morando junto com os pais, têm casa com quatro ou cinco famílias dentro, coisas desse tipo (INFORMAÇÃO VERBAL).

Este mesmo gestor refere-se à especulação imobiliária como outro problema sério, que acaba levando à concentração populacional na Ilha:

Em segundo lugar é a exploração imobiliária. O pessoal pode vender só, o que não pode é dividir lotes. Então é comum num lote ter uma linha imaginária e aí dum lado ter uma família e do outro lado, outra. Isso é comum, porque os nativos vendem o máximo que têm e acabam se aglutinando (INFORMAÇÃO VERBAL).

Outro gestor sugere, para que a sustentabilidade econômica do turismo não seja ainda mais comprometida na Ilha do Mel, que o turismo de massa seja substituído pelo ecoturismo, para que não force a capacidade de suporte da infra-estrutura e do meio-ambiente da Ilha:

Para o turismo, acho que ficou bem claro que a Ilha não é um balneário e vai ser sempre um santuário ecológico. Mas com a vinda dos trapiches e da energia, o crescimento populacional quase que dobrou. E também tem cada vez mais conforto. E se o turista quiser mais conforto e cada vez mais conforto, acho que isso será um problema sério. Por exemplo, para ar-condicionado dentro da Ilha, daqui uns dias não haverá mais energia suficiente (INFORMAÇÃO VERBAL).

Assim, esse gestor complementa que o comportamento do turista que não respeita os princípios do Ecoturismo, como respeito à natureza e à comunidade, representam grande ameaça

para o futuro da Ilha; por isso deve receber algum tipo de controle para reprimir estes comportamentos:

[...] o turista que vem aqui para extravasar, ele vem para cá achando que é mato, que ele pode gritar, pode sujar, pode quebrar achando que ninguém vive aqui, não respeita a comunidade. Isso é uma ameaça grande à ilha. A gente deveria conseguir ter turista o ano todo, mas para o turista de qualidade precisa ter uma coisa mais controlada também (INFORMAÇÃO VERBAL).

Portanto, conforme a citação anterior, uma das alternativas seria conquistar o turista que vem à Ilha durante todo ano atraído pela cultura da comunidade local e pela natureza, e não só pelo calor e pelas festas de verão.

O terceiro gestor também defende que esta seria a melhor alternativa: um turismo pulverizado durante o ano todo, atraído pelas características mais tradicionais e intrínsecas da Ilha, características de um turismo mais sustentável, progredindo em direção ao Ecoturismo:

A ilha mudou muito de uns anos para cá: mais barcos; energia elétrica, e por isso surgiram tantos problemas. A mudança foi muito rápida. Então nós não queremos turista só no verão e aos montes, queremos o ano inteiro e aí não precisa ser tanta gente. O turismo deve agradar aos moradores também. Então tem um grupo que luta por isso. Mas tem uma parte do comércio que quer trabalhar só na temporada e depois, além (INFORMAÇÃO VERBAL).

## 6 Conclusões

Com relação à perspectiva dos gestores públicos sobre preservação na Ilha do Mel, foi verificado que a preservação das áreas de reserva ambiental da Ilha ainda está assegurada, mas que os problemas ambientais se referem às áreas de ocupação, devido aos impactos pelo uso.

Segundo os gestores públicos, da forma como o turismo com características de turismo de "balneário" e o crescimento populacional vêm acontecendo na Ilha do Mel, os problemas ambientais e socioeconômicos deverão agravar-se nas áreas de ocupação, poderão até mesmo comprometer as áreas de reserva no longo prazo. Portanto, foi sugerido apoio ao desenvolvimento do ecoturismo, por meio de restrições ainda maiores ao turismo na Ilha do Mel, como o controle da capacidade de leitos dos meios de hospedagem, o qual já é maior que o número de visitação permitido.

Contudo, para o desenvolvimento do ecoturismo também verifica-se ser necessário uma reintegração dos moradores "nativos" com a natureza local, relação esta que já foi bastante determinante de sua cultura, de seu modos vivendis. Como já foi verificado em estudos anteriores sobre a localidade, os ilhéus perderam relações íntimas com a natureza em função do estabelecimento das áreas de preservação, dentre outros fatores (como a questão fundiária e a influencia cultural dos turistas), que restringiram o seu modo de vida extrativista que vinha se dando de forma mais harmônica do que se dá hoje com o próprio turismo. Assim, o que se verifica atualmente é que o estado está constantemente interferindo e tentando direcionar as ações humanas na Ilha do Mel para garantir a preservação ambiental, o que antes do turismo não era necessário.

Com relação à legislação e à fiscalização ambiental da Ilha da Mel, verificou-se pelos entrevistados que são muito restritivas e efetivas, principalmente no que diz respeito ao controle da expansão das áreas de ocupação sobre as áreas de reserva, mas não tanto no que diz respeito a direcionamentos dentro das áreas de ocupação em si. Segundo os entrevistados, falta uma legislação e atividade fiscalizadora vigilante das atividades dentro das áreas de ocupação. Neste sentido, verifica-se que alguns aspectos ambientais críticos específicos não possuem muita

perspectiva de serem solucionados, na visão destes gestores, como é o caso do tratamento de efluentes, o que está relacionado a um problema sério na Ilha do Mel: a contaminação de mananciais e de praias por coliformes fecais, predominantemente na alta temporada. Por outro lado, para alguns aspectos menos relevantes é dada grande importância pela fiscalização, como no caso da poda de árvores nos jardins.

Entre os aspectos específicos relacionados ao meio ambiente local (fornecimento de água, tratamento de efluentes, tratamento de resíduos sólidos e educação ambiental) questionados sobre a prioridade na tomada de providências, foi unanimemente identificada a educação ambiental como a mais merecedora de investimento, sob a justificativa principal de que este aspecto ensejaria, no médio e longo prazo, a melhoria dos outros aspectos também. Contudo, a EA apontada pelos gestores como importante em ser desenvolvida refere-se mais a informações aos turistas e a advertências aos ilhéus para cuidados com alguns aspectos de GA nas edificações e menos sobre o resgate da cultura ilhéu ligada ao meio ambiente.

Um dos principais problemas percebidos, relacionados às dificuldades de atuação do setor público para alavancar o desenvolvimento sustentável no local, refere-se à atuação do Conselho Gestor da Ilha do Mel que não está conseguindo representar efetivamente os interesses da comunidade. Verifica-se a falta de coesão das partes envolvidas deste conselho, sendo identificadas vertentes com interesses divergentes: uma de predominância econômica e outra em busca do ecoturismo, o que dificulta o entendimento para a tomada de decisão de ações consistentes de longo prazo. Além disso, verifica-se a baixa autonomia deste conselho, sendo que o governo estadual ainda possui poder de veto nas suas decisões, além da fraca legitimação pela comunidade local e pelos seus próprios membros.

Assim, conclui-se que o conjunto de posturas e limitações institucionais impediu durante muito tempo, e ainda impede, a discussão da perspectiva de gestão compartilhada das áreas protegidas e arredores, com um maior engajamento da comunidade local na tomada de decisões. Apesar das restrições, a comunidade da Ilha do Mel já está desenvolvendo alguma participação, contudo, sem a definição de um modelo de ação integrada interinstitucional com base local mais autônoma, o desenvolvimento do ecoturismo vinculado as UCs tende a ser lento e problemático.

Em decorrência dos resultados verificados, este estudo sugere algumas ações para minimizar alguns pontos negativos citados:

- Desenvolver pesquisas de resgate da cultura ilhéu ligada ao meio ambiente, em busca de alternativas sócio-econômicas além do turismo ou mesmo que se agreguem ao ecoturismo, como a pesca artesanal;

- Desenvolver alternativas de entretenimento aos turistas intimamente relacionadas à cultura ilhéu e ao meio ambiente local fora da alta temporada, com o intuito de conquistar um público maior de ecoturistas;

- Incentivo governamental às práticas de gestão ambiental das edificações na Ilha do Mel, principalmente as comerciais como pousadas e restaurantes, através do investimento em projetos de pesquisa que sejam capazes de munir seus proprietários de informações para a implementação de práticas e tecnologias brandas, que visem utilizar os recursos naturais de forma mais eficiente e minimizar a contaminação do entorno. Nesse sentido, a prioridade número um refere-se ao tratamento de efluentes. Exemplificam-se para amenizar este problema, alternativas individuais como: banheiros orgânicos, biodigestores e fossas diferenciadas para diferentes tipos de resíduos;

- Elaboração de programa de qualificação e certificação de meios de hospedagem e restaurantes que têm iniciativa e desenvolvem práticas de otimização no uso de recursos naturais e de redução de impacto ambiental. Também é importante tornar público esse reconhecimento, como forma de incentivar a implementação e a melhoria da gestão ambiental em todos os estabelecimentos comerciais da Ilha.

## Referências

- ATHAYDE, S. F.; TOMAZ, L. M. **Áreas naturais protegidas e comunidades locais da Ilha do Mel - PR - Brasil**. Nerítica 9, 1995.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. **Do Global ao Local: O Turismo Litorâneo Cearense**. Campinas: Papyrus, 1998.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.
- ECOPARANÁ. **Número de visitantes da Ilha do Mel - 2000 a 2004**. Pontal do Sul, PR, 2005.
- ELIAS, T. L.; MARTINEZ, J.; ESTEVES, C. J. O. **Turismo e condições de balneabilidade na Ilha do Mel (Litoral do Paraná)**. Disponível em <<http://geografia.igeo.uerj.br/xsbgfa/cdrom/eixo3/3.3/285/285.htm>>, acesso em 13 nov. 2005.
- ESTEVES, C. J. O. **Turismo e Qualidade da Água na Ilha do Mel (Litoral do Paraná)**. Curitiba, PR, 2004: Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná.
- FIGUEIREDO, J. C. **Contribuição a Geografia da Ilha do Mel (litoral do estado do Paraná)**. Tese de Cátedra de Geografia do Brasil. Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, 1954.
- GIANNINI, P. C. F.; SAWAKUCHI, A. O.; FERNANDES, L. A.; DONATTI, L. M. Paleoeventos e Paleocorrentes Subaquosas do Sistema Depositional Pirambóia nos Estados de São Paulo e Paraná, Bacia do Paraná: Estudo Baseado em Análise Estatística de Dados Azimutais. **Revista Brasileira de Geociências**. 34(2): 282-292, junho de 2004. Disponível em <[http://www.sbgeo.org.br/rgb/vol34\\_down/2004](http://www.sbgeo.org.br/rgb/vol34_down/2004)>, acesso em 20 maio 2006.
- GRÜNEWALD, R. A. Turismo e etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 20, p.141-159, out. 2003.
- HETZER, N. D. **Environment, Tourism, Culture**. 1965. Disponível em <<http://www.fieu.edu/ecosphere.shtml>>, acesso em 25 abril 2005.
- HONEY, M. Protecting Eden; Setting Green Standards for the Tourism Industry. **Enviroment**. Washington, Vol. 45, Iss. 6, Jul./Aug. 2003.
- IAP - Instituto Ambiental do Paraná. **Plano de Gestão da Ilha do Mel - Relatório preliminar**. Curitiba, 1996.
- IRVING, M. A. Participação - Questão Central na Sustentabilidade de Projetos de Desenvolvimento. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo. Futura, cap. 2, 2002.
- \_\_\_\_\_. Refletindo sobre o Ecoturismo em áreas protegidas. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo. Futura, cap. 3, 2002.
- ITCF - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas. **Coletânea de Legislação e Documentação sobre a Ilha do Mel - 1946-1985**. Curitiba, 1986.
- JARÁ, C. J. A. **A Sustentabilidade e o desenvolvimento local**. Brasília; Recife: IICA/SEPLANDES, 1998.
- KIM, K. M. **Avaliação da sustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigente na Ilha do Mel - PR**. Pontal do Paraná, 2004. Monografia (Graduação Ciências do Mar) Setor de Ciências da Terra, UFPR.
- KRAEMER, M. C. **Malhas da Pobreza: exploração do trabalho de pescadores artesanais na Baía de Paranaguá**. São Paulo, 1978, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais - Antropologia) - Pontificia Universidade Católica de São Paulo.
- LACTEC. **Estudos de Impactos Ambientais: Sistema de esgotamento sanitário faixa litorânea**. Curitiba: PARANASAN/SANEPAR, 2002.

LAGE, B. H. G.; MILONE P. C. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Gerenciamento de Unidades de Conservação**. Disponível em <MMAwww.ibama.gov.br/siucweb/guiadechefe/guia> Acesso em 12 jan. 2006.

NETO, R. F. **As inter-relações da energia elétrica com aspectos de conforto e modernidade em pequenas comunidades**. Um estudo de caso na ilha do mel - PR. Curitiba, 1999. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.

PACHECO, A. P. B.; SERVI, C. E. D. A.; ROCHA, E. F. **Imagem das pousadas de Brasília pelos diferentes agrupamentos que se interessam por esta localidade**: um estudo exploratória sobre as pousadas da Ilha do Mel. Curitiba, 2003. Monografia (Graduação em Administração com ênfase em marketing) Faculdades Integradas Curitiba.

PARANÁ. **Resolução nº 036/95 - Disciplina o fluxo de turistas à Ilha do Mel**. Diário Oficial do Estado do Paraná. Curitiba, 28 dez. 1995.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 010/98/IAP/GP - Institui a cobrança de ingresso de visitação a Ilha do Mel**. Diário Oficial do Estado do Paraná. Curitiba, 19 jan. 1998.

PIRES, P. S. Entendendo o Ecoturismo. Em: TRIGO, L. G. G. **Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 2000.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento - Crescer sem Destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Plano de Manejo: Estação Ecológica da Ilha do Mel** - PR. Curitiba, 1996.

SILVEIRA, M. A. T. Ecoturismo na Ilha do Mel. Em: LIMA, R. E.; NEGRELLE, R.R.B. (Orgs.). **Meio Ambiente e Desenvolvimento no Litoral do Paraná**. Curitiba: UFPR, p. 223 - 230, 1998.

WAHAB, S.; PIGRAM, J.J. **Tourism, Development and Growth**. London: Routledge, 1997.

## Notas explicativas

1 Instituto Ambiental do Paraná

2 Empresa sem fins lucrativos de interesse coletivo que executa o controle de capacidade de carga de 5000 visitantes na Ilha do Mel.

3 Ilha localizada no Complexo Estuarino de Paranaguá, a 400 metros da cidade de mesmo nome.

4 A Capacidade de Carga da Ilha do Mel foi estabelecida, legalmente, em dezembro de 1995 pela Resolução 036/95. Esta resolução objetiva "disciplinar o número de turistas e/ou visitantes ao perímetro dos terrenos da Ilha do Mel, fixando em 5000 o limite máximo e pessoas por dia" (PARANÁ, 1995).

5 Novo Plano de Uso que estava sendo elaborado pelo então Governo Requião, em 2005.

6 Estabelecida pela Portaria nº 010/98/IAP/GP, quando se começou a cobrar a taxa de visitação para ingresso na Ilha do Mel. O valor cobrado, segundo o estabelecido nesta portaria, seria integralmente aplicado em "ações de conservação, tais como: fiscalização, controle, educação ambiental e melhoria de infra-estrutura para a comunidade local e visitantes" (PARANÁ, 1998).

